

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1848492 - SE (2019/0340224-5)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : AGENOR FRANCISCO DOS SANTOS
AGRAVANTE : GENILSON DA SILVA SANTOS BORGES
AGRAVANTE : GRAÇA MARIA SANTOS BISPO
AGRAVANTE : ISMAEL MONTEIRO DIAS
AGRAVANTE : JOSE EDENILSON SANTOS DA CRUZ
AGRAVANTE : LEONY DO CARMO SANTOS MENEZES
AGRAVANTE : MARCELO SOUZA LIMA
ADVOGADOS : FELIPE SOUZA GALVÃO E OUTRO(S) - RS073825
MARCELO DOS REIS MARTELLI - SE000807A
AGRAVADO : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE
SEGUROS
ADVOGADOS : CARLOS ANTONIO HARTEN FILHO - PE019357
EDUARDO JOSÉ DE SOUZA LIMA FORNELLOS E
OUTRO(S) - PE028240
LUIZ AURELIANO DE SIQUEIRA SOUSA JUNIOR -
PE024945
TAUANNA ALBUQUERQUE FARIAS - PE034226
JOCELIA PACHECO MOREIRA FARIAS - PE035601

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.

INSURGÊNCIA DOS AGRAVANTES.

1. Não se constata a alegada violação ao artigo 1.022, do NCPC, porquanto todos os argumentos expostos pela parte, na petição dos embargos de declaração, foram apreciados, com fundamentação clara, coerente e suficiente.

2. Segundo entendimento desta Corte Superior, "*o Código de Defesa do Consumidor não se aplica aos contratos do SFH celebrados antes da entrada em vigor da Lei 8.078/90*" (AgInt no REsp 1454058/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 05/09/2019, DJe 18/09/2019).

3. A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do acórdão impugnado impõe o desprovimento do apelo, a teor do entendimento disposto na Súmula 283 do STF, aplicável por analogia.

4. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi
Relator